



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Procedimento: **Ajuste Direto AJ-25/0033**

Aquisição de acessórios para Lifepak 15

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM, I.P.), com sede na Rua Almirante Barroso, n.º 36, 1000-013 Lisboa, Portugal.

2. DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar no âmbito do presente procedimento é do Conselho Diretivo do INEM, I.P., por deliberação de 18/02/2025 e as respetivas peças aprovadas pelo mesmo órgão na mesma data.

3. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O procedimento adotado no âmbito do presente convite é de ajuste direto ao abrigo da subalínea ii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

4. OBJETO DO CONTRATO

O contrato tem por objeto a aquisição de acessórios para Lifepak 15, de acordo com as especificações constantes no caderno de encargos anexo ao presente convite.

5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Da proposta deverão constar os seguintes documentos:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao mesmo Código;
- b) Documentos que contenham os atributos da proposta relativamente aos aspetos da execução do contrato, nomeadamente:
 - b1) Preços unitário e total dos bens e serviços a fornecer;
 - b2) Descrição detalhada dos bens a fornecer;
 - b3) Prazo de entrega.



6. IDIOMA

Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

7. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

8. NEGOCIAÇÃO DE PROPOSTAS

A proposta não serão objeto de negociação.

9. INDICAÇÃO DO PREÇO

Os preços constantes da proposta são indicados da seguinte forma:

9.1 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

9.2 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

9.3 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

10. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada até às 17:00 horas do 6.º dia a contar da publicação do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV.

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV.

12. PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo obrigatório de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias a contar da data de termo fixado para a apresentação de proposta.

13. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri.



- b) Os pedidos de esclarecimento ao júri deverão ser remetidos em língua portuguesa.
- c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV.
- d) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação ACINGOV, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- e) Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que precederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica ACINGOV, de acordo com o previsto no artigo 50.º do CCP.

14. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração referida na alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo II ao mesmo Código;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do CCP, designadamente, situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português, situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social e certificado do registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da mesma, em exercício de funções;
- c) Apresentação de registo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores, tal como indicado no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro (Certidão Permanente da Empresa);
- d) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo.

15. FINANCIAMENTO

O financiamento e os encargos resultantes do objeto do presente convite serão satisfeitos por conta da dotação orçamental deste Instituto para o ano de 2025.



16. AVALIAÇÃO DOS FORNECEDORES

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade implementado no INEM, os fornecedores de bens e serviços a este Instituto são objeto de avaliação relativamente a cada procedimento de aquisição no que respeita aos seguintes parâmetros:

- Cumprimento do prazo de entrega do bem / execução do serviço
- Conformidade do bem / serviço
- Adequação do acondicionamento do produto (se aplicável)
- Cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais
- Rigor da faturação